



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150555 - PA (2021/0224968-8)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : ANTONIO DA SILVA PINHEIRO (PRESO)
ADVOGADO : DELSON CECILIO DE SOUZA JUNIOR - PA031028
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
INTERES. : JOVAIR MARTINS PINHEIRO (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ANTONIO DA SILVA PINHEIRO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (HC n. 0805034-24.2021.8.14.0000).

O recorrente está preso desde o dia 21/5/2021 pela suposta prática dos delitos previstos no art. 121, c/c o art. 14, II, arts. 129 e 147 do Código Penal e art. 14 da Lei n. 10.826/2003.

Alega a falta de fundamentação idônea da decisão que decretou a prisão preventiva e do acórdão que julgou o habeas corpus, posto que não apresentam elementos concretos para embasar a prisão.

Aduz que "o laudo juntado aos autos, como prova da materialidade do crime, se limita a constatar que houve ofensa à integridade corporal ou à saúde do paciente especificando as regiões"(fl. 89) e sequer foi indicada a qualificação do perito nomeado, impondo prejuízos à defesa do paciente posto que "não possibilita o controle da idoneidade do perito"(fl. 93).

Para demonstrar a materialidade do crime as decisões basearam-se apenas nos relatos das supostas vítimas e provas periciais, sem, no entanto, apontá-las.

Sustenta que não foram demonstrados os requisitos da prisão preventiva previstos no art. 312 do Código de Processo Penal. Quanto ao *periculum libertatis* alega que a decisão impugnada apenas reproduziu conceitos jurídicos indeterminados, sem fazer qualquer relação com o caso concreto violando a previsão do art. 315, II e V do Código de Processo Penal.

Afirma que "ao analisar a necessidade da decretação da prisão preventiva o juiz deve analisar a periculosidade do agente, tendo em conta os elementos constantes nos autos que dão a entender que há risco de reiteração delitiva. No entanto, não é o que se

apresenta no caso concreto, nota-se que o Poder Judiciário local baseia sua decisão apenas na gravidade em abstrata do delito, não demonstrando o que de anormal no caso em comento, de outras tentativas de homicídio cotidianamente perpetradas. Fazendo crer que a prisão preventiva seria uma consequência automática de investigação desse tipo de delito" (fl. 94).

Requer:

- a) Concessão da MEDIDA LIMINAR, ante a existência de “fumus boni iuris” e “periculum in mora”, determinando a imediata LIBERDADE PROVISÓRIA do paciente, mediante, se assim entender Vossa Excelência, por imposição de medidas cautelares diversas da prisão, com a imediata expedição de ALVARÁ DE SOLTURA em favor do paciente, aguardando em liberdade para que possa responder ulteriores termos do processo;
- b) Determinar o desentranhamento do laudo pericial elaborado em inobservância às normas procedimentais.
- c) Suspensão da ordem de prisão preventiva decretada contra Jovair Martins Pinheiro;

No mérito, pugna pela concessão do pedido tornando definitivos os efeitos da liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O recurso não merece conhecimento.

Além deste recurso ordinário constitucional, a defesa impetrou o HC n. 680.453/PA, cuja liminar já foi analisada nesse plantão, também impugnando o acórdão proferido no julgamento do HC n. 0805034-24.2021.8.14.0000 e aduzindo as mesmas razões apresentadas neste recurso, inclusive com o mesmo equívoco de ter por impetrante o Sr. Antônio Silva Pinheiro (Paciente) e direcionar o pedido ao interessado Jovair Martins Pinheiro (Interessado)

Assim, observa-se que neste inconformismo tem-se a reiteração de pedidos da mesma parte em face do mesmo acórdão, verificando-se, portanto, a inadmissibilidade do reclamo em apreço.

Nesse sentido, veja-se o seguinte julgado:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO *EM HABEAS CORPUS*. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. PRETENSÃO JÁ ANALISADA EM WRIT ANTERIOR. MERA REITERAÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Hipótese em que a presente impetração constitui mera reiteração do pedido formulado no HC 429.842/SP, e isto porque há identidade de partes e da causa de pedir, impugnando os dois feitos a mesma decisão, o que constitui óbice ao seu conhecimento.
2. Ainda que o habeas corpus anterior não tenha sido conhecido, caso analisada a pretensão para fins de análise de eventual flagrante ilegalidade, subsiste a reiteração entre os feitos.
3. Agravo regimental improvido. (AgRg no RHC n. 94.212/SP, relator

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, *a*, do RISTJ, não conheço do presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente